

TRANSIÇÃO INJUSTA

Resgatar o nosso futuro energético do colonialismo climático

Resumo executivo



OXFAM

Documento informativo sobre a Oxfam – Setembro de 2025

Resumo

A transição energética global está num momento crucial: ou pode eliminar as desigualdade que conduzem à crise climática ou pode aprofundá-las. Atualmente, a transição corre o risco de reproduzir padrões de extrativismo e exploração, sendo que os mais marginalizados são os que pagam o preço mais alto enquanto as elites lucram. Desde a exploração de minerais de transição até ao peso das dívidas e acesso desigual à energia, a trajetória atual é o reflexo de séculos de injustiça colonial. Uma transição justa tem de redistribuir energia e recursos, limitar o consumo excessivo e dar prioridade à dignidade e aos direitos para todas as pessoas. Este relatório descreve caminhos para criar um sistema energético baseado na igualdade, justiça, cuidados e bem-estar coletivo, em que a energia serve a vida, não os lucros.

© Oxfam International – Setembro de 2025

Autores principais: Mateo Adarve Zuluaga e Natalie Shortall.

Autores participantes: Hilde Stroot, Naira Wayand, Valeska Ruiz, Mohamadou Fadel Diop, Joel Chester Pagulayan e Mohammad Emran Hasan.

Gestor de supervisão: Jacqueline Persson

Gestor do projeto: Mateo Adarve Zuluaga

Responsável pela política: Hilde Stroot

Responsável pela comunicação com a imprensa: Cass Hebron

Responsável pela campanha: Mwangala Matakala

Gestor de publicação: Ayesha Arif

Para a investigação quantitativa: Mohammed Usrof, Dana Beltaji, Mohammed Kamal, Maria Reyes and Jodi-Ann Wang (Palestinian Institute for Climate Strategy, PICS), assim como Francisco Bolaños e Adina Nerghes.

Concebido por: Millie Mensah

Revisor: Adam Houlbrook

Menção especial: Ruth Mayne, que teve um papel preponderante na origem deste relatório.

O relatório teve também a assistência de Nabil Abdo, Sunil Acharya, Carlos Aguilar, Julie Bos, Gerald Byarabuga, Nafkote Dabi, Christian Donaldson, Jason Farr, Emily Greenspan, Amina Hersi, Dorothy Hove, Safa Jayoussi, Ashfaq Khalfan, Bushra Khalidi, Max Lawson, Alex Maitland, James Morrissey, Leah Mughera, Greg Muttitt, Maria Ramos, Anjela Taneja e Pubudini Wickramaratne na sua produção.

A Oxfam agradece a todos os peritos que contribuíram para este documento: Dante Dalajaban, Bert de Wel, Ruth Mayne, Anabella Rosemburg, Yamina Saheb, Maristella Svampa e Fran Witt.

Para obter mais informações sobre as questões levantadas neste documento, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org

Esta publicação está protegida por direitos de autor, mas o texto poderá ser utilizado sem custos para fins de apoio, campanha, educação e investigação, desde que a fonte seja totalmente reconhecida. O titular dos direitos de autor solicita o registo dessa utilização para efeitos de avaliação do impacto. Para reprodução em quaisquer outras circunstâncias, ou para reutilização noutras publicações, ou para tradução ou adaptação, é necessário obter permissão e poder-se-á cobrar uma taxa. Visite <https://policy-practice.oxfam.org/copyright-permissions>.

As informações contidas nesta publicação são corretas no momento da publicação.

A elaboração deste relatório só foi possível com a ajuda da Oxfam International, Oxfam Novib e Oxfam GB.

Publicado por Oxfam GB para a Oxfam International no âmbito do DOI:
10.21201/2025.000086 Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford,
OX4 2JY, Reino Unido.

RESUMO EXECUTIVO

O mundo está em uma encruzilhada. A transição para energias renováveis pode ajudar a superar as desigualdades profundas que impulsionam a crise climática, ou pode agravá-las ainda mais.

Quando bem conduzida, a transição energética é uma oportunidade de renovar nossas economias com base na igualdade, na justiça, no cuidado e no bem-estar coletivo. Mas, se mal conduzida, fará com que as pessoas mais marginalizadas paguem novamente o preço mais alto, enquanto os mais poderosos continuam a lucrar.

Hoje, os sinais de alerta são claros: a transição global para as energias renováveis está sendo construída sobre bases desiguais. Estamos diante da desigualdade climática em ação: uma transição focada apenas em substituir os combustíveis fósseis por alternativas verdes, sem questionar o consumo excessivo de energia pelos mais ricos, enquanto frequentemente transfere para as comunidades de baixa renda os custos mais altos. Esses custos incluem os impactos nocivos da exploração de minerais para a transição, a partilha inadequada dos benefícios e sistemas financeiros e comerciais globais manipulados contra seus interesses. Em resumo, a mesma lógica que sustentou o colonialismo histórico ressurgiu agora sob novas formas, através da transição verde.

Esses padrões de desigualdade produzem efeitos tanto entre países quanto dentro deles. Embora também existam desigualdades marcantes entre ricos e pobres em países de alta renda, é no Sul Global que a desigualdade global se torna mais evidente, onde barreiras estruturais e injustiças históricas deixaram países inteiros suportando o impacto da crise climática e, agora, enfrentando os maiores riscos na transição para energias renováveis. Se a lógica que orienta essa transição não mudar, veremos a repetição da mesma história de extrativismo e exploração. Essas desigualdades se interseccionam com gênero, raça, classe, idade e outras dimensões de marginalização, o que significa que os custos de uma transição injusta recaem sobretudo sobre povos indígenas, comunidades negras e outros grupos étnicos e racializados, além de trabalhadores, camponeses, jovens e as gerações futuras.

Essa concentração de riqueza e poder se reflete também nos padrões de uso da energia: uma pequena minoria vive em luxo extremo e consome de forma excessiva os recursos do planeta, enquanto muitas pessoas ainda não têm acesso sequer à eletricidade básica. Se apenas o consumo anual de energia do 1% mais rico fosse redistribuído, ele poderia suprir sete vezes as necessidades energéticas modernas de todas as pessoas no mundo que hoje não têm eletricidade.¹ Já a redistribuição

do consumo dos 10% mais ricos em energia poderia suprir nove vezes as necessidades de todo o Sul Global.²

Os níveis mais altos de consumo estão concentrados entre as pessoas e empresas mais ricas, uma minoria pequena, mas poderosa. Isso também reflete um desequilíbrio geográfico mais amplo na forma como a energia é produzida e consumida, já que essa elite está localizada predominantemente no Norte Global. Nos últimos 60 anos, as pessoas dessa região consumiram mais de 3.300 petawatts-hora (PWh) de energia em excesso, ou seja, para além das necessidades energéticas básicas modernas, o suficiente para abastecer o mundo inteiro por mais de 20 anos.³

É possível construir um mundo em que todas as pessoas possam prosperar e em que os países façam a transição juntos, em vez de uns às custas dos outros. Mas a trajetória atual aponta na direção oposta. Os países, especialmente os mais ricos e os mais responsáveis pela crise climática precisam mudar de rumo, enfrentar injustiças históricas e atuais e transformar os sistemas de extração e exploração que alimentam tanto os extremos no consumo de energia quanto a pobreza energética, além de limitar o poder e a influência das empresas e dos super-ricos. Isso inclui questionar quais necessidades e formas de consumo são priorizadas dentro do orçamento global de carbono, a quantidade de CO₂ que a humanidade ainda pode emitir para permanecer no limite de 1,5 °C de aquecimento. Fazer isso não é apenas uma questão urgente de justiça, mas também uma condição vital para o sucesso da eliminação dos combustíveis fósseis.

Colonialismo climático na transição

Essas desigualdades produzem efeitos em tempo real enquanto a transição energética avança. Padrões emergentes de extração, tanto na exploração de minerais para a transição quanto em uma arquitetura financeira e comercial global favorecida aos poderosos, replicam a mesma dinâmica exploratória que há muito transfere valor das pessoas mais marginalizadas do Sul Global para os mais ricos do Norte Global, deixando para trás danos e exploração.

Uma nova competição por recursos

A transição para energias renováveis está impulsionando uma corrida global por minerais de transição, como lítio, cobalto, níquel e cobre. Mas, em vez de apoiar o desenvolvimento local no Sul Global, que detém 70% das reservas mundiais desses minerais, essa nova competição acirrada por recursos está replicando uma antiga dinâmica de extração.⁴

Por exemplo, as cadeias de abastecimento de veículos elétricos: a solução preferida, mas falha, do Norte Global para descarbonizar os transportes também evidenciam o desequilíbrio flagrante entre as comunidades que arcam com os custos e os bilionários que lucram e se beneficiam com a crise. A Tesla, empresa de carros elétricos de propriedade do homem mais rico do mundo, Elon Musk, é um símbolo dessa oligarquia. Cada veículo da empresa gera cerca de 3.150 dólares

em lucro, contém aproximadamente 3 kg de cobalto, extraído principalmente na República Democrática do Congo (RDC). Para cada carro, a RDC recebe menos de 10 dólares em royalties, e um mineiro ganha apenas 7 dólares, ou seja, ele demoraria cerca de dois anos para ganhar o que a Tesla obtém com um único veículo.⁵ Somente em 2024, a Tesla lucrou 5,63 trilhões de dólares com a venda de 1,79 milhão de veículos elétricos, enquanto a RDC recebeu, no máximo, 17,5 mil dólares em royalties.⁶

A América Latina concentra mais de 50% das reservas mundiais de lítio, um mineral essencial para tecnologias de baterias que armazenam energia renovável.⁷ A extração prevista será tão intensa que, em apenas 11 anos, o Triângulo do Lítio, formado por Chile, Argentina e Bolívia produzirá mais lítio do que a prata que o Império Espanhol extraiu ao longo de 300 anos de domínio colonial.⁸ Entre 2015 e 2030, a região deverá produzir 1,6 milhão de toneladas de lítio, suficiente para cobrir toda a cidade de Madrid com uma camada de 5 mm de “ouro branco”.⁹

As comunidades em todo o Sul Global estão assistindo à apropriação de suas terras, ao esgotamento da água e à violação de seus direitos em nome da transição verde - não apenas por meio da extração de minerais de transição, mas também com a implantação em grande escala de energias renováveis e de soluções climáticas falsas, como biocombustíveis, mercados de carbono e gás, que frequentemente causam mais danos do que benefícios. **As terras reconhecidas como indígenas ameaçadas pelas atividades industriais¹⁰ largamente relacionadas com a transição energética extrativa atual abrangem 22,7 milhões de km², uma área maior do que Brasil, Estados Unidos e Índia juntos.¹¹ Isso equivale a quase o dobro do território do Império Colonial Francês em seu auge.¹² Sem reformas urgentes para proteger direitos e territórios, a transição só vai reforçar padrões de mais de 500 anos de colonialismo energético, desde o trabalho escravo e a exploração de biomassa (madeira, carvão e plantações) até a era do carbono e do petróleo.**

Um sistema financeiro colonial

Os recursos naturais não são o único campo de extração relacionado aos sistemas energéticos. A arquitetura do financiamento global também é enviesada, moldada por séculos de poder colonial, mantendo os países de baixa renda em dependência estrutural. Enquanto os países ricos podem investir trilhões em suas próprias transições para energia limpa, o Sul Global fica sobrecarregado com dívidas crescentes, juros punitivos e espaço fiscal limitado.

Em 2024, os países de alta renda representaram cerca de 50% do investimento global em energia limpa, a China 29%, enquanto a África contribuiu com apenas 2%, apesar de a África Subsaariana abrigar 85% de todas as pessoas no mundo sem eletricidade.¹³ A desigualdade não se limita apenas aos destinos do financiamento, mas também ao seu custo: projetos de energia limpa no Sul Global enfrentam taxas de juros entre 9% e 13,5%, em comparação com apenas 3% a 6% em países mais ricos, desacelerando o ritmo da transição.¹⁴ Esses custos não são inevitáveis — refletem um sistema que avalia riscos por meio de lentes racializadas e legados

coloniais. O impacto é evidente: fornecer energia limpa a 100 mil pessoas custa cerca de 95 milhões de dólares em economias avançadas, como o Reino Unido, mas 139 milhões de dólares (45% a mais) em economias emergentes como a Índia e 188 milhões de dólares (97% a mais) em países africanos como a Nigéria.¹⁵

Entretanto, os países que as geopolíticas coloniais classificam como em desenvolvimento¹⁶ possuem uma dívida externa de 11,7 trilhões de dólares, mais de 30 vezes o investimento adicional necessário para garantir acesso universal à eletricidade e a cozinhas limpas até 2030.¹⁷ Só em 2024, os países do Sul Global pagaram aproximadamente 400 trilhões de dólares em serviço da dívida.¹⁸

Resgatar o nosso futuro energético do colonialismo climático

Não precisa ser assim. A transição energética oferece uma oportunidade rara de reescrever o roteiro: superar modelos extrativistas e construir um sistema energético baseado em igualdade, justiça, cuidado e prosperidade coletiva. Com as escolhas certas, o poder pode ser reestruturado, garantindo que todos os países e todas as pessoas façam a transição em condições justas e equitativas. Este momento pode se tornar um ponto de virada, mas apenas se os governos enfrentarem as desigualdades estruturais que moldam a transição.

O Sul Global poderia estar no centro de uma transição global justa: numa inversão quase completa dos padrões de investimento em energia, 70% do potencial renovável não explorado do mundo encontra-se no Sul Global. O potencial para transformar radicalmente o panorama energético é concreto. Aproveitar menos de 1% da energia solar anual do deserto do Saara poderia fornecer eletricidade para todo o Oriente Médio e Norte da África.¹⁹ Extrair menos de 1% da energia eólica utilizável globalmente poderia abastecer os 677 milhões de habitantes do Sudeste Asiático.²⁰ O custo estimado dessa energia eólica – 331 trilhões de dólares – poderia ter sido arrecadado globalmente nos primeiros 10 meses de 2024 por meio de um imposto sobre os lucros das empresas de combustíveis fósseis.²¹

Em vez de encarar o futuro da energia como uma corrida com poucos vencedores, precisamos reimaginá-lo como um projeto global compartilhado. A energia não deve ser acumulada, retida ou usada como instrumento de poder geopolítico ou corporativo. Essa mudança estrutural exige justiça reparatória: fazer com que os poluidores ricos paguem, redistribuir recursos, confrontar o consumo excessivo e priorizar os direitos de quem foi historicamente excluído, adotando modelos econômicos que coloquem igualdade, bem-estar e limites ecológicos no centro. Enfrentar a desigualdade é tanto um imperativo moral quanto uma estratégia eficaz de mitigação climática.

Sociedades mais igualitárias exigem menos crescimento para satisfazer necessidades básicas e menos energia para proporcionar bem estar a todas as pessoas.²² Por isso, uma transição energética justa não apenas precisa descarbonizar, mas também deve renovar os sistemas para reduzir a pobreza, redistribuir o poder e assegurar bem-estar dentro dos limites do planeta. O Modern

Energy Minimum (MEM) - Mínimo Moderno de Energia - define um patamar de 1.000 kWh por pessoa por ano, questionando definições restritas de “necessidades básicas” de acesso à energia. Trata-se de um mínimo dos mínimos para garantir direitos de dignidade e desenvolvimento no Sul Global, e não de um limite máximo. É essencial dar prioridade a esse limite, mas isso também exige reduzir o uso excessivo e de luxo de energia no Norte Global. Podemos fornecer energia para todas as pessoas e impedir o colapso climático, mas apenas se reduzirmos radicalmente a desigualdade.

Comunidades, trabalhadores e governos progressistas já estão propondo abordagens justas para a energia, após um legado de 500 anos de resistência ao colonialismo, combatendo a extração, reivindicando o controle sobre os recursos e criando sistemas que priorizam a necessidade pública em vez do lucro privado. De projetos de energia renovável liderados por indígenas e mulheres a sindicatos que defendem o direito a um trabalho decente e esforços nacionais que afirmam a soberania energética, esses exemplos mostram que alternativas não apenas são possíveis, como já estão acontecendo. Isso é reforçado por visões políticas e ecológicas que afirmam nosso direito coletivo de decidir como a energia é gerada, distribuída e utilizada - reconhecendo-a como bem público e direito humano.

Não existe um modelo único para uma transição justa - ela vai variar conforme o contexto, moldada por diferentes histórias, conhecimentos e necessidades. Mas todas as transições justas devem compartilhar um princípio fundamental: a energia deve servir à vida, e não ao lucro.

Recomendações para uma transição energética justa

Para começar a remodelar a transição energética em torno da igualdade, justiça e prosperidade coletiva, é preciso adotar as seguintes ações essenciais.

- **Caminhos diferenciados de transição:** os países têm de adaptar estratégias de transição energética com base em responsabilidade e capacidade histórica, garantindo que países com emissões elevadas reduzam rapidamente, responsabilizando as empresas de combustíveis fósseis e os ultra ricos, e preservando espaço carbônico suficiente para países com capacidade mais baixa
- **Consumo de energia equitativo:** cumprir metas ambiciosas de redução e adotar medidas de suficiência no Norte Global, com foco nos responsáveis por emissões mais altas e mais elevadas, enquanto se promovem estratégias de economia circular e normas de acesso equitativo universal, como o MEM, para assegurar distribuição justa.
- **Sistema financeiro reformado:** reformular sistemas comerciais e de investimento para permitir valor acrescentado interno e desenvolvimento industrial no Sul Global, permitindo que estes países se afastem da dependência dos combustíveis fósseis e apoiando a soberania energética e a tributação progressiva globalmente.

- **Financiamento climático transformador:** substituir modelos financeiros extrativos que fluem do Sul para o Norte por cancelamento de dívidas, financiamento climático baseado em atribuição de subsídios e iniciativas de reparações que dão prioridade à igualdade, às comunidades locais, ao planeta e à justiça de gênero em vez do lucro.
- **Salvaguarda de comunidades e natureza:** garantir consentimento livre, prévio e informado (FPIC) para todos os projetos; respeitar e cumprir os direitos à terra, incluindo a proibição de apropriação de terras e expulsões forçadas; proteger ecossistemas críticos, mantendo os recursos mais valiosos in situ; eliminar zonas de sacrifício e assegurar benefícios locais equitativos do desenvolvimento energético.
- **Governança energética democrática:** mudar a propriedade e a tomada de decisões do interesse privado para o interesse público, garantindo que a energia seja tratada como um direito humano, promovendo a redução da desigualdade e permitindo que as comunidades definam seu futuro energético por meio de governança transparente, inclusiva e transformadora em termos de gênero.
- **Coordenação e mecanismo de justiça internacionais:** estabelecer um mecanismo internacional na COP30 para garantir coerência política e acelerar, consolidar e viabilizar uma transição justa e holística, com mandato e capacidade para coordenar, financiar e monitorar iniciativas globalmente, assegurando responsabilização e integrando a justiça em todos os níveis políticos.

REFERÊNCIAS

1. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 1c.
2. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 2b.
3. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 2c.
4. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 5.
5. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 7b.
6. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 7a.
7. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8a.
8. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8b.
9. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8c.
10. De acordo com a The Nature Conservancy (fonte dos dados), as atividades industriais que comprometem as terras dos povos indígenas incluem projetos de energia renovável (42%), agricultura para culturas e biocombustíveis (14%), petróleo e gás (19%), minerais (9%), urbanização (3%) e múltiplos setores combinados (13%). Consulte o gráfico na página 24. *Transition injuste : Note méthodologique*, Stat 4a.
11. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 4a.
12. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 4b.
13. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 9a.
14. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 9b.
15. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 9c.
16. O desenvolvimento é um dos conceitos principais questionados pelo pensamento pós colonial, encarado como uma invenção usada para categorizar países dentro de geografias coloniais. Para saber mais sobre este assunto, consultar A. Escobar. (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. (Encontrar o desenvolvimento: fazer e desfazer o terceiro mundo) Princeton: Princeton University Press.
17. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 13a.
18. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 13b.
19. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 10c.
20. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 11b.
21. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 11c.
22. Se a desigualdade se mantiver, para que toda a população mundial possa atingir o limiar de prosperidade de 25 dólares por dia estabelecido pelo Banco Mundial, seria necessário multiplicar por cinquenta a renda de todas as pessoas, incluindo as mais ricas. Isso evidencia que, embora numerosos países do Sul Global realmente necessitem de mais crescimento e energia, a redistribuição é essencial para garantir que o bem-estar mundial seja viável e sustentável. Para mais informações sobre este tema, ver Oxfam. (2023). *Igualdade climática. Um planeta para os 99%. Nota metodológica*.

SOBRE A OXFAM

A Oxfam é um movimento global de pessoas que estão a lutar contra as desigualdades para acabar com a pobreza e a injustiça. Estamos a trabalhar em várias regiões em mais de 70 países com milhares de parceiros e aliados e a apoiar comunidades para construir vidas melhores para elas, ganhar resiliência e proteger as vidas e a subsistência também em tempos de crise. Escreva para qualquer uma das agências para obter mais informações ou visite www.oxfam.org.

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)
Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)
Oxfam Bélgica (www.oxfamsol.be)
Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)
Oxfam Colômbia (www.oxfamcolombia.org)
Oxfam França (www.oxfamfrance.org)
Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)
Oxfam Grã-Bretanha (www.oxfam.org.uk)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)
Oxfam Dinamarca (www.oxfam.dk)
Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)
Oxfam Intermón (Espanha) (www.oxfamintermon.org)
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)
Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)
Oxfam México (www.oxfammexico.org)
Oxfam Novib (Países Baixos) (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca)
Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)
Oxfam KEDV (www.kedv.org.tr)
Oxfam Filipinas (www.oxfam.org.ph)

